

A PRIMEIRA REPÚBLICA: DIMENSÕES FATUAIS.

JOSE ROBERTO DO AMARAL LAPA

da Universidade Estadual de Campinas (SP).

O aparecimento, dentro de um espaço de tempo bastante curto, de três obras que tratam de temas ligados a um mesmo período político, ou seja a Primeira República, é sintomático de um esforço dos historiadores no sentido do estudo, em profundidade, do Brasil deste século (1).

Sem qualquer intuito de comparação entre os autores, mas apenas para registrar o resultado dessa consciente preocupação, que já se faz sentir em compor-se uma biblioteca moderna sobre o Brasil moderno, oferecendo a contribuição do historiador ao lado do que já foi feito por economistas, sociólogos e cientistas da política, é que fazemos menção ao significado do lançamento tão próximo dessas obras, elaboradas por historiadores formados pela Universidade de São Paulo, mediante atenta pesquisa documental, com objetivos revisionistas em relação não só a fatos, mas também a modelos correntes de análises, construídas na base de lucubrações que não chegaram a problematizar a realidade histórica integrada.

Daí, as colocações novas que fazem, obrigando-nos a repensar, agora em termos possivelmente menos teóricos, os resultados de análises anteriores sobre a modernização do Brasil elaboradas por alguns sociólogos e economistas.

Mas, o que importa sobretudo é a abertura que essas colocações nos possibilitam para a discussão da Primeira República e for-

(1). — Referimo-nos aos dois últimos livros de EDGARD CARONE, *A República Velha*, I volume: *Instituições e classes sociais* e II volume *Evolução política*, ambos publicados pela Difusão Européia do Livro em sua coleção "Corpo e Alma do Brasil", respectivamente em 1970 e 1971, e ao estudo de BÓRIS FAUSTO, *A Revolução de 1930* (Historiografia e História), Editora Brasiliense, 1970.

çosamente para a compreensão dos períodos que se seguem, em termos estruturais de revolução, do ponto de vista histórico.

Vamos deter-nos nesta oportunidade em considerar os dois últimos trabalhos de Edgard Carone.

Com a publicação de um rápido quadro dos movimentos revolucionários da década de 20 (*Revolução do Brasil Contemporâneo*) e de uma antologia de textos básicos para o estudo de *A Primeira República* (v. *Revista de História* n.º 80, 1969), Edgard Carone já nos dera um *trailer* expressivo do que preparava, em profundidade, para o estudo do período de 1889 a 1930.

Reunindo e examinando sistematicamente um acervo de textos e obras sobre a República, que possui, leu e fichou, o autor proveu-se, com vagar e critério, do material básico que lhe deu ensejo a esta sondagem sobre a construção e evolução do regime político em que vivemos. Transformou-se, destarte, numa espécie de redescobridor da Primeira República, sem se tornar contudo o seu “dono”, pois o que tem e o que sabe, está sempre à disposição dos seus alunos, dos amigos e dos que recorrem a ele.

Dessa maneira, no processo de modernização do Brasil, nenhum período ainda, chegou a ter o privilégio da República Velha, isto é, o de encontrar um historiador que devotasse a soma dos seus esforços, o paciente e exaustivo levantamento da bibliografia disponível, e naturalmente muito da sua própria vida, como mobilização de recursos materiais, disponibilidade de tempo etc., para o seu estudo geral, sob o enfoque histórico.

A programação dessa vasta tarefa compreende nada menos de quatro volumes, dos quais não está de todo dissociado o estudo sobre as *Revoluções do Brasil Contemporâneo*.

A Primeira República permanecia até estes trabalhos de Edgard Carone como um período mal estudado, porque geralmente mal conhecido, apesar das suas fontes importarem numa variedade e numa quantidade de fantásticas dimensões, o que aliás talvez tenha também contribuído para tanto.

Contudo, encontrou agora o seu estudioso por excelência. É um caso singular, entre nós, de alguém que chega à Universidade em plena maturidade do seu trabalho intelectual.

Torna-se difícil, na apreciação de sua obra, compartimentar a análise de um volume, apartado dos demais. Portanto, em determinados momentos, alargamos as nossas considerações com as impres-

sões que nos ficaram da leitura de trabalhos anteriores, o que foi feito apenas em função da melhor compreensão dos seus dois últimos livros, que procuramos contudo examinar de per si.

Edgard Carone ordenou sozinho, sistematicamente, um plano de trabalho que quase sempre para atingir o seu desiderato exige a conjugação de esforços de uma equipe de estudiosos. Assim, no seu conjunto, a obra ergueu-se com todos os requintes ideais, que no geral reclamamos, mas nem sempre atendemos em nossas dissertações universitárias. Referimo-nos, particularmente, ao fato de ter ele promovido amplo levantamento bibliográfico do período histórico que lhe interessava, ao que se seguiu a elaboração crítica dessa bibliografia, que já se acha pronta. Além disso, procedeu a criteriosa seleção de textos básicos para o estudo do mesmo tema, que já se acha publicada.

Ainda outro mérito que ressalta preliminarmente da obra é a ampla revisão que ela implica, mostrando, agora em suas justas dimensões, todo um conjunto de fatos e personagens históricos, principalmente no volume consagrado à história política, que se apresentavam muitas vezes distorcidos em suas imagens anteriores, por força da literatura apologética ou detratora, dos textos históricos e historiográficos, que lhes foram dedicados e que quase sempre a história oficial aceitou como definitivos.

Mas, passemos ao exame do volume que trata das Instituições e Classes Sociais. Embora se pautando por uma visão geral do período estudado, nele Edgard Carone procura demorar-se, didaticamente até, na demonstração do funcionamento de certos mecanismos cambiais (págs. 95 e segs.), da política financeira, num plano enumerativo que cansa um pouco o leitor, mas cujos dados poderão levar-nos a estudos setoriais mais profundos e elucidativos. Aliás, o subtítulo do livro não prevê a parte de Economia, da qual nos dá entretanto boa visão.

Ocorrências geralmente depreciadas são descritas, procurando o autor explicá-las dentro de um contexto histórico. É o caso das explosões populares, tão frequentes, contra a alta do custo de vida, a deficiência em certos setores oficiais ou privados de prestação de serviços, ou ainda as manifestações contrárias à violenta repressão policial.

O dimensionamento de um painel como este que se propõe Edgard Carone oferece ensejo a muitas reflexões para um oficial do mesmo ofício. Ao lado delas, foi-nos possível alinhar algumas anotações movidas — não houve como evitar o lugar-comum — pe-

lo interesse em alcançar maiores esclarecimentos. E' o caso do seu Prefácio (fls. 6), quando considera o crescimento urbano, o desenvolvimento dos meios de comunicação, o mercado consumidor, o proteccionismo estatal e a inflação e a virtualidade empresarial como a "ajuda" que, em grande parte, permitiu a industrialização. Menos por constituírem uma simples enumeração de pré-requisitos que podiam ser bem mais estendidos, e mais pela possibilidade de explorá-los ao longo do texto, num desdobramento do que foi enunciado, não seria fora de propósito, compreender a montagem capitalista de uma infra-estrutura, bem como a disponibilidade de capitais, a formação e estocagem de um contingente de mão-de-obra semi-disponível, e a requisição de um mínimo tecnológico que se apresentam em determinadas áreas de maior crescimento urbano.

Na mesma linha de observações está a afirmação da pág. 14 de que a cultura fumageira, na Bahia, teria propiciado a formação da grande propriedade. Ora, a não ser nos casos de plantações modernas e racionais, promovidas por trustes internacionais, como se sabe a plantação do fumo seguiu sempre um esquema tradicional de pequenas propriedades, sendo mesmo chamada de "lavoura dos pobres" ou de "fundo de quintal". Na Bahia, onde justamente o autor aponta o fumo como cultura primordial à formação da grande propriedade (fls. 14), a tradição impera no seu cultivo, predominando o minifúndio como forma ideal para a sua lavoura, acontecendo mesmo que nas médias e grandes propriedades, que também existem na área, a lavoura de fumo é proporcionalmente pequena.

Agora, um problema de data: a afirmação de que seria a partir da segunda metade do século XIX, que "o café vai identificar-se com o latifúndio" (fls. 14), parece-nos apontar, no tempo, um momento tardio, pois o condicionamento econômico do café à grande propriedade já está bem definido com a formação das fazendas do Vale do Paraíba, na primeira metade do século em questão, quando sua expansão crescente promove a anexação das grandes e pequenas propriedades, assunto hoje suficientemente estudado. Na verdade, a anexação crescente de propriedades menores em favor do latifúndio se pronuncia como uma constante a partir da segunda metade do século XIX; entretanto, quanto à "identificação" do produto com a estrutura fundiária, isto é, à viabilidade econômica que a grande propriedade oferece ao café, nós nos inclinaríamos mais a aceitá-la como anterior.

Ao mencionar que só no início da República é que o café se desloca para São Paulo, deve referir-se naturalmente à cidade, sob o ponto de vista espacial geográfico, uma vez que duas páginas de-

pois considera que no fim do Império o Vale do Paraíba já estava superado por Campinas. Em todo o caso ao leitor pode ficar a dúvida, uma vez que linhas antes está tratando dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, o que pode dar a idéia de que se referia ao estado e não à cidade.

Quanto ao volume em que procura estudar o papel da União e dos Estados na vida política da Primeira República, revela segurança na informação, equilíbrio na análise, o que dá em resultado descrições bem urdidas, uma reconstituição e compreensão factuais que nos permitem repor uma série de episódios, aproximando-nos mais da certeza histórica. Para tanto, impressiona-nos o esforço do autor em ler essa extraordinária massa de informações, representada por bom acervo documental e por uma bibliografia desigual, mas mesmo assim útil para as finalidades perseguidas.

Graças a esse afã em conseguir um levantamento pormenorizado, um desenho completo do período, Edgard Carone oferece-nos elementos válidos para a compreensão do processo revolucionário brasileiro, num dos seus capítulos mais decisivos, aquêle que se escreve ao longo da República Velha. Um tempo agitado, com as tensões eclodindo por toda a parte, sem contudo um alcance mais profundo, revelando a estrutura econômica e social que se abala, menos pelo confronto da opção política — monarquia/república — que se coloca perante as classes dirigentes, e mais pela crise capitalista interna, ditada por condicionantes externas.

Nos momentos — infelizmente não muitos — em que o autor se detém para construir a explicação fenomenológica dos acontecimentos, é que realmente verificamos o seu conhecimento e equilíbrio. Assim é, por exemplo, ao gizar a mudança do regime, na primeira parte da obra, ou ao acompanhar a crescente força do militarismo ou ainda ao analisar os movimentos revolucionários da década de 20.

Assim como a história do período colonial sofreu a intensa análise revisionista geral de Varnhagen, Capistrano e Rodo'fo Garcia, o Império foi reexaminado em análises parciais por Afonso Taunay, Otávio Tarquínio de Souza e outros, a Primeira Republica encontra agora em Edgard Carone o seu atento revisionista.

Embora ambos os volumes em exame se integrem e tenham sido mesmo programados num momento só, a verdade é que não escapam a uma grande defasagem que existe entre eles. A sua integração é anunciada mais de uma vez pelo autor, o que ainda se confirma pelo fato de a bibliografia referente a ambos só vir no segundo volume.

Por outro lado, o método de exposição e análise utilizado pelo autor, bem como o tratamento dado ao material que manipulou são bem diversos de um volume para outro.

Neste volume em que se debruça sobre a história política da I República o autor não poucas vezes corresponde *in totum* à definição que dele dá, a fls. XVI (romano), quando diz tratar-se de uma “crônica histórica, interpretativa”. Sendo muito mais descritiva do que interpretativa, a *crônica histórica* é um gênero que confessamos não nos atrair e por isso mesmo acreditamos ter Edgard Carone, pelo conjunto de sua obra, elaborado bem mais do que uma simples crônica histórica, não obstante ficasse, na maior parte deste segundo volume, excessivamente preso à linha descritiva e factual, impressionista mesmo, onerando o texto e causando um certo cansaço ao leitor com algumas intermináveis enumerações de nomes e datas, atos e fatos, golpes e contragolpes, quando não nos engolfa em uma extensa galeria de personagens, cujas dimensões históricas nem sempre justificam o lugar que ocupam nestas páginas. Esse é o caso, por exemplo, entre outros inúmeros, do capítulo sobre “Os Governos Militares”, em que se repisa o já suficientemente conhecido com acrescentamentos e revisões pouco significativas.

Agravando essa linha adotada pelo autor está o esquema tradicional que usou, isto é, o cronológico e por presidentes da República, o que, se deu ao leitor, de um lado, um *close* personalizado dos quadriênios, que assim aparecem marcados pela virtualidade ou não de cada Presidente, contribuiu, por outro lado, para fragmentar a análise, emoldurando-a no quadro mais imediato, episódico, que procura mostrar uma seqüência que às vezes é ilusória. Isso nos leva a julgar que esse método não foi o mais rentável para a riqueza documental arrolada e o tratamento inteligente que lhe procurou dar o autor.

Como explica a fls. V (romano) que separou a análise dos fatos institucionais e sociais dos de história política, por motivos de ordem didática, ficamos a pensar se seriam os mesmos motivos os responsáveis pela adoção do esquema cronológico (?). Se realmente essas foram as razões, não nos parece também que o que se conseguiu com o trabalho tenha correspondido a elas, isto é, ser didático, portanto melhor inteligível.

Ficamos assim — desculpem-nos a cediça comparação — como que diante de um palco de personagens que se agitam e que se apresentam como se fossem os únicos responsáveis pelos movimentos da cortina, pelas rápidas mudanças do cenário, pelo jogo de luzes, por todos os ruídos, como se não existissem, nos bastidores, outros ele-

mentos e todo um conjunto mecânico que acionado promove essas alterações.

Se apartado do volume anterior deste ciclo proposto por Edgard Carone, este seu livro, que serviu como tese de doutoramento, sofre ainda mais das limitações que estamos apontando.

Nesse sentido, o autor retomou uma tradição historiográfica que vem de Varnhagen, passando por José Maria Belo, este aliás não mencionado na bibliografia final, quando justamente da estrutura formal de sua obra é que esta mais se aproxima, o que nos leva a achar pouco a citação de José Maria Belo apenas em duas notas de rodapé, respectivamente às páginas 131 e 156.

Ao titular e esquematizar a sua análise da política governamental, na Primeira República, em termos do relacionamento entre a União e os Estados, o autor não deveria, a nosso ver, permanecer apenas no fato político como tal, sem demonstrar, como maior clareza, a atuação do poder político estatal num contexto capitalista. Expliquemo-nos: assistimos, na montagem do regime político republicano, no período estudado, a sobrevivências monárquicas de um lado e, de outro, ao entrechoque pronunciado da emergência de novos grupos que procuram o domínio ou controle da ação estatal. Dessa maneira, ao longo do período, o Estado reflete as ações e reações desse entrechoque. Como se trata de um Estado burguês, ele se situa nos extremos desse relacionamento político de classes e grupos, crescendo o seu controle por imposição da ordem capitalista, isto é, da alta burguesia que detém a propriedade dos meios de produção e que na defesa dos seus interesses e da sua manutenção coloca em funcionamento a intervenção estatal.

A crítica ao conteúdo propriamente dito, isto é, à parte simplesmente informativa, que é a que predomina neste volume segundo, falece se tivermos em conta que a realidade histórica factual que foi reconstituída e estudada pelo autor repousa num acervo documental e bibliográfico dos melhores que se poderia reunir, quase nada escapando ao seu exaustivo exame, para chegar ao retrato completo da cena política e das suas transformações. Entretanto, na análise destas metamorfoses é que nos parece ter sido o autor levado, em mais de um passo, pela exteriorização política, atendendo mais aos sintomas e não à causalidade. Daí, o leitor perder-se no emaranhamento das sedições, golpes locais, frustrados ou não, tensões, conchavos e *démarches*. Essa constatação leva-nos a considerar o trabalho num outro plano crítico, isto é, de como o material informa-

tivo usado pelo autor poderia ter recebido um tratamento diverso, levando a sua análise a um outro plano.

Façamos agora, como em relação ao primeiro volume, algumas ligeiras observações sobre duas ou três ocorrências de conteúdo.

Certas expressões utilizadas pelo autor não nos parecem obedecer ao rigor conceitual. Assim, quando fala em “estruturas temáticas” (fls. V — romano), a que quer se referir naquela passagem? Quando diferencia “fato institucional” de “fato social” e ainda de “fato de história política” (ainda a fls. V), perguntamos: a sua análise não se dirige para o *fato histórico* na sua singularidade? Por que então a nomenclatura diferencial?

A fls. VI (romano), ao recuar a trajetória da crise açucareira do período estudado para o século XIX, sem que se pretenda um retrospecto histórico completo dessa crise, é bom lembrar contudo que ela tem raízes ainda mais recuadas, que vêm do século anterior.

Ainda nessa mesma fls. VI (romano), julgamos que a complexidade do sistema de trabalho e capitalização do café nasce menos do fato apontado de ser uma “planta perene”, do que de questões de ordem capitalista, ou sejam, racionalização da produção, advento de uma economia de mercado etc.

A fls. VII (romano), ao afirmar que as atividades econômicas urbanas se dividem em comércio e indústria, parece-nos também que o aumento e complexidade dos setores terciários de prestação de serviços, que implicam num processo de burocratização, bem como em incentivos ao artesanato e manufatura, particularmente para o imigrante, deviam ser enfatizados.

Reconstituindo para a compreensão histórica a ação política na I República, Edgard Carone deu-nos uma pormenorizada história das tensões e movimentos armados, que vão da arruaça e quartelada até a guerrilha urbana e rural, das contestações expressas em depredações e empastelamentos à ação revolucionária mais programada e duradoura, implicando em marchas estratégicas, em choques, cuja motivação oferece muitas vezes maior riqueza de componentes, mediatos e imediatos, do messianismo ao bandoleirismo, da espoliação da terra ao desejo de transformações políticas, quando não, em casos mais raros, de transformações sociais também.

Esse vasto quadro de contestações e disputas políticas apresenta denominadores comuns, apesar do que elas também se desenham com dimensões que diferem entre determinadas ações e outras, recebendo contudo por parte do autor igual tratamento, o que o leva,

por exemplo, a destinar proporcionalmente pouco espaço à revolução de 30, ainda que como movimento armado. Não obstante, mostra-nos Edgard Carone, com suficiente acuidade, o que tornou possível esse movimento: 1. — experiência revolucionária anterior; 2. — o tenentismo; 3. — contactos de dissidentes (inclusive oligarcas) com os revolucionários. Essas ocorrências permitiram os conchavos para efetivar a revolução (pág. 403), sendo que à pág. 411, o autor volta, em poucas linhas, a encontrar a *explicação* para a revolução de 1930, que estaria em: 1. — fraccionamento das oligarquias dominantes; 2. — descontentamento das classes médias urbanas e 3. — formação de uma elite revolucionária, representada pelos tenentes. A conjugação desses fatores — é ainda o autor quem ó diz — é alimentada também pela crise econômica geral que faz crescer o descontentamento. Eis uma síntese, na qual o pensamento do autor se aproxima da revisão dos componentes revolucionários recentemente proposta por Bóris Fausto.

O novo regime inicia-se inseguro, tenso, com sombrias perspectivas, menos pelos riscos de qualquer restauração do regime anterior — que como disse alguém, consumira a própria seiva — e mais pelas dores que o processo de adaptação e justaposição exige das lideranças políticas, sob a pressão de novos grupos urbanos reivindicantes dentro da abertura que o processo político possibilitara.

As contradições que o Império camuflara, as imposições que o imperialismo internacional jogava sobre a República conjugam-se no estabelecimento e recrudescência das tensões que são a tônica da I República.

O quadro periférico dessas tensões é o que o autor nos mostra neste livro, onde repontam as pequenas manobras de interesse pessoal, prejudicando conscientemente uma massa que disso é inconsciente. As elites representadas por pessoas que quase sempre revelam despreparado e parcialidade para as altas responsabilidades que têm, a disputa acirrada do poder, que como fim justifica quaisquer meios. O sangue corre generoso em toda a parte e de ambas as partes: a situação e a oposição. O que realmente conseguem esses movimentos contestantes e de disputa do poder, que não envolvem propriamente uma luta de classes, mas sim de grupos, cujos vínculos são efêmeros, são mudanças epidérmicas que atendem contudo às suas aspirações, quase sempre de vago interesse liberal, sem abalar todavia as estruturas representadas pelo domínio oligárquico, pelo regime fundiário, pelo despreço ao lento processo de consentização política do operariado, pelos encargos extremamente onerosos, suportados pelas classes médias, pela institucionalização de um exército que não mais se conforma em permanecer na caserna.

Intelectuais e populares, muitas vezes solidários com a tropa, mostram ao longo do período uma impressionante soma de energias que deflagram, sem contudo atingir uma dimensão revolucionária, do ponto de vista social.

Fica-se, numa primeira impressão, dada a configuração desses movimentos, bem como os resultados que atingiram, quando atingiram, com a imagem da frustração, do retardamento do próprio processo revolucionário, na medida em que as concessões do Estado, as reformas, a reformulação das justaposições dos grupos oligárquicos pouco somam na caracterização de um *avanço*, do ponto de vista político, isto é, pouco se consegue democratizar, enquanto que do ponto de vista econômico, o país mostra-se cada vez mais dependente, com a segurança econômica individual, familiar e comunitária sofrendo das tradicionais limitações que o regime não conseguiu eliminar.

Mas, numa segunda reflexão, essa primeira impressão negativa cede lugar ao reconhecimento de um lento processo de crescimento, amadurecimento e radicalização revolucionária. Verifica-se que a luta urbana, efêmera, imediatista promovida pelas explosões de descontentamento que canalizam sua energia para depredações, empastelamentos e comícios, empapados de sangue, ganha uma nova dimensão com a guerrilha rural, de objetivos mais altos e alianças mais duradouras, lutando todavia com grande falta de ressonância. Também fracassam as tentativas de acesso ao poder através das vias legais, como por exemplo das eleições.

Os componentes sociais desse lento processo, embora guardem um fundo comum no tocante à sua origem, ensopada pelo universo rural, sofrem agora, no palco urbano, da defasagem que a sua integração exige. Também camadas relativamente amplas da população, nas quais se incluem monarquistas e republicanos, jacobinistas ou não, mostram-se conscientes da exploração oligárquica, sem que ainda assim logrem removê-la. As oligarquias, por sua vez, não conseguem manter-se como um bloco monolítico. As suas dissidências são ditadas pela incapacidade de conciliação de poderes, mas e também pelo descompasso econômico e social entre as diferentes áreas geográficas de difícil articulação, o que leva os dissidentes, muitas vezes, paradoxalmente, a pactuar com a aventura revolucionária, embora em princípio a reprovem.

Assim, demorará a identificação de aspirações entre os componentes mais radicais, como os militares e as classes médias e os intelectuais e a massa, tendo-se em conta que um setor básico, promo-

verá a sua ação apartada quase sempre; referimo-nos aos operários, o que naturalmente limitará bastante a configuração de uma *situação revolucionária*, como aquela conceituada pelo materialismo histórico por exemplo.

Ainda do ponto de vista político os partidos revelam tibieza total, o sistema eleitoral é completamente furado, a falta de politização é uma realidade, o que chega a explicar-nos, em termos superficiais, a mecânica que permite a manutenção dos mesmos grupos no poder durante tanto tempo.

Para terminar e à guisa de sugestão ficou-nos desta leitura da obra de Edgard Carone a convicção de que se faz necessário revermos, entre outros temas, a imagem anestesiada dos monarquistas, inativos depois da Proclamação da República como que encarando o novo regime dentro de uma certa fatalidade. Diante dos elementos recolhidos pelo autor, perguntamos, até que ponto esta imagem está correta? A reação monarquista na Primeira República, sua reorganização, sua atuação, as transformações ideológicas e programáticas, agora num contexto adverso, que exigirá uma reestruturação do movimento que não parece ficar apenas num plano saudosista, procurando inclusive organizar-se em partido (pág. 207), entre outras questões, merecem um reexame por parte dos nossos estudiosos de história política.

Está, assim, iniciado por Edgard Carone o processo revisionista da Primeira República, o que se enriquece pelo fato de o revisionismo atuar em duas linhas, a factual e a ideológica ou interpretativa.